

# **AVISO**

A MUNICIPALIDADE DE SÃO MIGUEL ARCANJO ADVERTE A TODOS OS LICITANTES, QUE NÃO ESTÁ HESITANDO PENALIZAR EMPRESAS QUE DESCUMPRAM O PACTUADO.

SOLICITAMOS QUE AS EMPRESAS APRESENTEM SUAS PROPOSTAS E LANCES DE FORMA CONSCIENTE, COM A CERTEZA DE QUE PODERÃO ENTREGAR OS OBJETOS DA FORMA COMO FOI PEDIDO NO EDITAL E DENTRO DOS PRAZOS, PREÇOS E PADRÕES DE QUALIDADE EXIGIDOS.

VALE LEMBRAR TAMBÉM QUE OS PEDIDOS DE REALINHAMENTO DE PREÇO SÃO EXCEÇÕES À REGRA, DESTINADOS SEMPRE A SITUAÇÕES EXCEPCIONALÍSSIMAS E SOMENTE SERÃO DEFERIDOS, SE EM TOTAL CONSONÂNCIA COM A LEI.

RATIFICAMOS, PORTANTO, QUE AS PROPOSTAS SEJAM FORMULADAS DE FORMA SÉRIA E CONSCIENTE, VISANDO EVITAR PROBLEMAS, TANTO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO PARA AS EMPRESAS LICITANTES.



PROCESSO N.º 1627/2021 PREGÃO PRESENCIAL N.º 56/2021 EDITAL N.º 85/2021

#### 1 – PREÂMBULO

- 1.1 A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL ARCANJO torna público para conhecimento dos interessados que na Sala de Reunião da Prefeitura do Município, localizada na Praça Antônio Ferreira Leme, n.º 53, Centro, São Miguel Arcanjo SP, será realizada licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, o qual será processado de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, os Decretos Municipais nº 54/2005 e 78/2009, de 07 de outubro de 2005 e 01 de setembro de 2009, respectivamente, suplementarmente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, além das cláusulas e condições constantes neste Edital e seus respectivos Anexos.
- 1.2 CONSOANTE O DISPOSTO NO ART. 48, INC. III, DA LEI COMPLEMENTAR № 123/06, COM NOVA REDAÇÃO DADA PELA LC 147/2014, O OBJETO DESTA LICITAÇÃO É COMPOSTO POR ITENS, OS QUAIS SÃO RESERVADOS COTA DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.
- 1.2.1 Conforme disposto no artigo 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48, quando não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme disposição do art. 49, inciso II da Lei Complementar 123/2006, a cota de 25% (vinte e cinco por cento) será adjudicada ao vencedor da cota principal.
- 1.3 Os documentos referentes ao **CREDENCIAMENTO**, e os envelopes nº 1 "PROPOSTA" e nº 2 "HABILITAÇÃO" serão recebidos pela Pregoeira, na Sala de Reunião, supra mencionada, **às 14h00 do dia 16 de dezembro de 2021.** A sessão pública dirigida pela Pregoeira se dará a seguir, no mesmo dia e local, nos termos das legislações supracitadas, deste edital e dos seus anexos.
- 1.4 Integram este ato convocatório os seguintes ANEXOS:
- I TERMO DE REFERÊNCIA;
- II FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA;
- III MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;
- IV MODELO DE DECLARAÇÃO cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- V MODELO DE PROCURAÇÃO:
- VI MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
- VII MODELO DE DECLARAÇÃO ENQUADRAMENTO DE ME OU EPP:
- VIII LOCAIS DE ENTREGA;

#### 1 - DO OBJETO

- 2.1 O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS**, pelo período de 12 (doze) meses, para aquisição parcelada de **Gêneros Alimentícios Perecíveis e Estocáveis, nas diversas Unidades Escolares atendidas pela Secretaria Municipal de Educação**, (incluindo-se os serviços de transporte e entrega ponto a ponto), no município de São Miguel Arcanjo, conforme especificações constantes no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.
- 2.1.1 O presente certame se realizará tendo em vista que as licitações vigentes com o mesmo objeto tiveram alguns itens fracassados e/ou as quantidades licitadas foram insuficientes para suprimento da demanda.
- 2.2 A quantidade indicada no **ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA** representa a estimativa de necessidade a ser atendida, sem que haja obrigação de aguisição total.



- 2.3 Os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos, observando o seguinte:
- 2.3.1 **COTA RESERVADA** correspondente a **25% (vinte e cinco por cento)** das quantidades totais do objeto, destinado à participação de empresas enquadradas como Microempresas ME e Empresas de Pequeno Porte EPP, sem prejuízo da sua participação na cota principal;
- 2.3.2 **COTA PRINCIPAL** correspondente a **75%** (setenta e cinco por cento) das quantidades totais do objeto, destinado à participação das demais empresas interessadas que atendam aos requisitos deste edital;

#### 3 - DO PREÇO

- 3.1 Estima-se o valor desta licitação em **R\$ 600.383,60 (seiscentos mil, trezentos e oitenta e três reais e sessenta centavos)**, com base nos parâmetros dispostos no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.
- 3.2 Os valores indicados no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA correspondem à média de preços praticados no mercado e foram apurados para efeito de se estimar o valor do objeto em licitação, não vinculando as concorrentes, que poderão adotar outros que respondam pela competitividade e economicidade de sua proposta, atendidos os fatores e critérios de julgamento estabelecidos neste ato convocatório.

## 4 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 - As despesas decorrentes da presente aquisição onerarão os recursos orçamentários da Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, especialmente a Unidade Orçamentária 02.08.00, Funcional Programática 12.306, Programa 0009, Projeto Atividade 2038, Categorias Econômicas 3.3.90.30, Fichas Contábeis n.º 165 e 166 do orçamento da Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, devidamente compromissados nas correspondentes contratações, por meio de Notas de Empenho prévio e/ou documento equivalente.

#### 5 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 5.1 Poderão participar deste pregão as empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, autorizadas na forma da lei, que atendam às exigências de habilitação, nos seguintes termos:
- 5.1.1 **COTA RESERVADA 25% (vinte e cinco por cento) –** as empresas enquadradas como Microempresa ME e Empresa de Pequeno Porte EPP, nos termos do art. 48 inc. III, da Lei Complementar n.º 123/2006, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, sem prejuízo da sua participação na cota principal;
- 5.1.2 COTA PRINCIPAL 75% (setenta e cinco por cento) demais empresas interessadas que atendam aos requisitos do edital.
- 5.2 Será vedada a participação:
- 5.2.1 De empresas suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com esta Municipalidade, nos termos do artigo 87, III da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei federal 10.520/2002;
- 5.2.3 Sob a forma de consórcio.

#### 6 – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

6.1 - Todos os licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto à Pregoeira por intermédio de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de credenciamento, identificar-se exibindo o original da carteira de identidade ou outro documento equivalente.



- 6.2 O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:
- 6.2.1 Instrumento público de procuração com poderes para formular ofertas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do licitante, com prazo de validade em vigor. A referida procuração deverá estar fora dos envelopes nº 01 (Proposta) e nº 02 (Habilitação).
- 6.2.2 Instrumento particular de procuração nos moldes do Anexo V, com poderes para formular ofertas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do licitante, acompanhado de cópia de seu contrato social ou estatuto, no caso de Sociedade Anônima, e dos documentos de eleição de seus administradores. A referida procuração deverá estar fora dos envelopes nº 01 (Proposta) e nº 02 (Habilitação).
- 6.2.3 Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado de empresa licitante, cópia simples do respectivo estatuto ou contrato social, acompanhada do original, ou cópia devidamente autenticada em cartório, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhado de documentos de eleição dos administradores. O referido documento deverá estar fora dos envelopes nº 01 (Proposta) e nº 02 (Habilitação).
- 6.2.4 Os documentos supramencionados no item 6.2. devem vir acompanhados dos seguintes documentos, conforme o caso:
- a) Ato de criação do licitante:
- a.1) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- a.2) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- a.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado da prova de diretoria em exercício; e
- a.4) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- b) Os documentos mencionados nos itens "a.1" até "a.3" deverão estar acompanhados de todas as alterações e/ou da respectiva consolidação, conforme legislação em vigor;
- 6.3 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de um licitante no presente certame, sob pena de exclusão sumária das representadas.
- 6.4 Os documentos supra referidos poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada e serão retidos, pela Pregoeira, para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à presente licitação.
- 6.4.1 Não serão aceitos como originais, cópias de documentos autenticados.
- 6.5 O licitante que não contar com representante na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.
- 6.6 Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados.
- 6.7 No ato do credenciamento deverão ser apresentadas, conforme o caso, as seguintes declarações, condição essencial para participação no certame licitatório:



- 6.7.1 Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação, de acordo com modelo contido no Anexo III do presente Edital. A referida declaração deverá estar fora dos envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).
- 6.7.2 Quando a licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte: e desejar gozar dos benefícios da Lei Complementar 123/06 deverá apresentar "Declaração de Enquadramento de ME ou EPP", conforme modelo constante no Anexo VII. O referido documento deverá estar fora dos envelopes n.º 1 (Proposta) e n.º 2 (Habilitação).
- 6.8 Encerrada a etapa de credenciamento, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários.
- 6.9 Em seguida proceder-se-á ao recebimento dos envelopes contendo a proposta de preço e os documentos de habilitação, em envelopes separados, indevassáveis, lacrados e rubricados no fecho, que deverão conter os seguintes dizeres em sua face externa:

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL ARCANJO ENVELOPE N.º 1 - PROPOSTA DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL N.º 56/2021 RAZÃO SOCIAL / CNPJ

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL ARCANJO ENVELOPE N.º 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 56/2021 RAZÃO SOCIAL / CNPJ

#### 7 - DA PROPOSTA DE PREÇO

- 7.1 O Anexo II FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA, que acompanha este ato convocatório, deverá ser utilizado, preferencialmente, para a apresentação da Proposta.
- 7.2 Deverão estar consignados na proposta:
- a) dados cadastrais;
- b) descrição dos produtos, de acordo com o Anexo I do Edital;
- c) Indicação da marca;
- d) indicação obrigatória do preço unitário e total de cada item, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos;
- e) indicação do representante legal que firma a proposta e sua assinatura.
- 7.3 Cada concorrente deverá computar, no preço que ofertar, todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes das legislações trabalhista, fiscal e previdenciária a que se sujeita.
- 7.4 Os preços ofertados deverão ser equivalentes aos praticados no mercado, na data da apresentação da proposta.
- 7.5 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da sua apresentação.
- 7.6 Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preços, aqueles indicados no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA, desclassificando-se as propostas cujos preços que os excedam (art. 40 X e 48 II e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93).
- 7.7 Os preços ofertados permanecerão fixos e irreajustáveis, salvo hipóteses de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro nos termos da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93, que deverá ser comprovado pela CONTRATADA mediante apresentação de planilha de composição de custos e deferido pela CONTRATANTE.



7.8 - A apresentação da proposta implicará, por si só, na aceitação tácita de todas as cláusulas deste edital e dos termos da Lei Federal nº 10.520/02, dos Decretos Municipais nº 54/2005 e 78/2009 e da Lei Federal nº 8.666/93, no que couber, e demais normas suplementares aplicáveis.

## 8 - DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

8.1 - Para efeitos de habilitação, **todos** os licitantes, **inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte**, deverão apresentar os seguintes documentos:

## 8.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 28 da Lei Federal 8.666/93):

- a) Ato de criação do licitante conforme o caso:
- a.1) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- a.2) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- a.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado da prova de diretoria em exercício; e
- a.4) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, guando a atividade assim o exigir.
- 8.1.1.2 Os documentos relacionados no subitem 8.1.1 não precisarão constar do **Envelope nº 2 Habilitação** se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

#### 8.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (art. 29 da Lei Federal 8.666/93):

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, por meio da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" e "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, por meio da apresentação de certidão(ões) negativa(s) ou positiva(s) com efeito de negativa(s), Certidão de Regularidade de ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede da licitante **ou** Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 03, de 13/08/2010;
- e) Prova de regularidade perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** (**FGTS**), por meio da apresentação da CRF Certificado de Regularidade do FGTS negativa ou positiva com efeito de negativa, dentro do prazo de validade;
- f) Prova de regularidade perante a **Justiça do Trabalho**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou positiva com efeito de negativa, que poderá ser obtida no site <a href="www.tst.jus.br">www.tst.jus.br</a>.
- 8.1.2.2 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de **assinatura do contrato**; (LC nº 123, art. 42)



- 8.1.2.2.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, <u>deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição; (LC nº 123, art. 43, caput)</u>
- 8.1.2.2.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; (LC nº 123, art. 43, § 1º)
- 8.1.2.2.3 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1.2.2.2, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes **para**, **em sessão pública**, **retomar os atos referentes ao procedimento licitatório**, **nos termos do art. 4º**, **inciso XXIII**, da Lei 10.520/02, ou revogar a licitação (LC n° 123. art. 43, § 2º).

## 8.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 31 da Lei 8.666.93):

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a **90 (noventa) dias** da data prevista para a apresentação dos envelopes.
- a.1) As empresas que se encontrem em situação de recuperação judicial deverão apresentar o Plano de Recuperação, homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, conforme Súmula 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

## 8.1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 30 da Lei 8.666.93):

a) Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestado(s) expedido(s), necessariamente em nome do licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já forneceu objeto equivalente ou similar em características semelhantes aos constantes do objeto desta licitação, nos termos da Súmula 24 do TCE.

#### 8.1.5 - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo IV;

#### 8.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 8.2.1 Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticado pela Pregoeira ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação;
- 8.2.2 Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;
- 8.2.3 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;
- 8.2.4 Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 8.2.5 Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal de ambos os estabelecimentos, conforme subitem 8.1.2;



- 8.2.6 A entrega de documento de habilitação que apresente falha não sanável na sessão acarretará a **inabilitação** do licitante, exceto quanto à documentação relativa à regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, quando se aplicará o disposto nos subitens 8.1.2.2 e seguintes deste edital.
- 8.2.7 A Pregoeira ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta na Internet junto aos **sites** dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico.

## 9 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1 No horário e local indicados neste Edital será aberta a sessão pública, iniciando-se pela fase de credenciamento dos licitantes interessados em participar deste certame, ocasião em que serão apresentados os documentos indicados no item 6.
- 9.2 Encerrada a fase de credenciamento, os licitantes entregarão à Pregoeira os **envelopes nº. 1 e nº. 2,** contendo, cada qual, separadamente, a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação.
- 9.3 Após a entrega dos envelopes não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.
- 9.4 Verificada a regularidade formal dos envelopes, estes serão rubricados pelos membros da Equipe de Apoio, Pregoeiro e representantes dos licitantes. Os participantes deverão entregar à Pregoeira a declaração nos moldes do Anexo III. Em prosseguimento, a Pregoeira procederá à abertura dos envelopes nº 1 (PROPOSTA DE PREÇO), e seus conteúdos analisados pela Pregoeira e Equipe de Apoio, no que tange a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório.
- 9.5 O julgamento será feito pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de qualidade definidos neste Edital;
- 9.6 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências essenciais deste edital e seus anexos, considerandose como tais as que não possam ser atendidas na própria sessão pelo licitante, por simples manifestação de vontade de seu representante.
- 9.7 Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, a Pregoeira dará por encerrado o certame, lavrando-se ata a respeito.
- 9.8 As demais propostas serão classificadas provisoriamente em ordem crescente de preços.
- 9.9 Definida a classificação provisória, será registrado na ata da sessão pública o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de participantes, preços ofertados, propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação para sua desclassificação, e a ordem de classificação provisória.
- 9.10 Da quantidade total do item a ser adquirido, será reservado 25% (vinte e cinco por cento) para disputa apenas entre Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte que tiverem apresentado proposta para o mesmo, conforme disposto no artigo 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/06, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014.
- 9.11 Somente será aplicado o disposto no subitem anterior, havendo no mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme disposição do art. 49, inciso II da Lei Complementar 123/2006.
- 9.12 Caso haja proponente Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a mesma deverá participar dos lances na quantidade reservada sobre os 25% (vinte e cinco por cento). A mesma também poderá participar dos lances sobre os 75% (setenta e cinco por cento), ou em caso de não haver interesse, deverá declinar sobre o item.
- 9.13 As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:



- 9.13.1 Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até **10% (dez por cento)** superiores àquela, repetindo-se o procedimento para cada uma das propostas classificadas;
- 9.13.2 Não havendo pelo menos **03 (três)** propostas nas condições definidas no item anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de **03 (três)**. No caso de empate das propostas, serão admitidas todas estas, independentemente do número de licitantes;
- 9.13.3 A Pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma verbal e sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e, os demais, em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços;
- 9.13.3.1 O licitante sorteado em primeiro lugar escolherá a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 9.14 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.
- 9.15 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 9.16 Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos (LC n° 123, art. 44, caput):
- 9.16.1 Entende-se por **empate** aquelas situações em que os preços apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **5% (cinco por cento)** superiores ao melhor preço apresentado; (LC n° 123, art. 44, § 2°)
- 9.16.2 A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta; (LC n° 123, art. 45, inc. I)
- 9.16.2.1 Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de **5** (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação da Pregoeira, sob pena de preclusão; (LC n° 123, art. 45, § 3°)
- 9.16.2.2 Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 9.13.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta; (LC n° 123, art. 45, inc. III)
- 9.16.2.3 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exercer seu direito de cobertura da proposta de menor valor, serão convocadas as remanescentes que se enquadrarem no limite disposto no subitem 9.13.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito. (LC n° 123, art. 45, inc II)
- 9.16.2.4 O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 9.16.3 Uma vez exercido o direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, observados os limites e a forma estabelecidos neste edital, não sendo apresentada por elas proposta de preço inferior, será declarada a melhor proposta de preço aquela originalmente vencedora da fase de lances. (LC n°123, art. 45, § 1°)
- 9.17 Após a fase de lances, serão **classificadas**, na ordem crescente dos valores, as propostas não selecionadas por conta da regra disposta no subitem 9.10.1, e aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando-se para estas, o último preço ofertado.



- 9.18 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.
- 9.19 Declarada encerrada a etapa competitiva, a Pregoeira procederá à classificação definitiva das propostas exclusivamente pelo critério de menor preço unitário, consignando-a em ata.
- 9.20 Nesta oportunidade será verificada a compatibilidade do menor preço alcançado, com os parâmetros de preços definidos pela Administração.
- 9.21 A Pregoeira poderá negociar diretamente com o autor do lance de menor valor com vistas à redução do preço ofertado.
- 9.22 Havendo negociação, a Pregoeira examinará a aceitabilidade do preço negociado, decidindo motivadamente a respeito.
- 9.23 Considerada aceitável a oferta de menor preço, no momento oportuno, a critério da Pregoeira, será verificado o atendimento do licitante às condições de habilitação estipuladas neste Edital;
- 9.23.1 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, efetivamente entregues, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, exceto quanto à documentação relativa à regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, quando se aplicará o disposto nos subitem 8.1.2.2 e seguintes deste edital.
- 9.23.2 A verificação será certificada pela Pregoeira, anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada;
- 9.23.3 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será **inabilitado**.
- 9.24 Estando a documentação de habilitação incompleta e/ou incorreta e/ou contrariando qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, a Pregoeira considerará o licitante inabilitado.
- 9.25 Constatado o atendimento pleno dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame, abrindo-se, neste momento, a oportunidade para manifestação da intenção de interpor recurso aos licitantes, nos termos da cláusula 10 deste instrumento.
- 9.25.1 Se a oferta de menor preço não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, podendo negociar com os respectivos autores, até a apuração de uma proposta que, verificada sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, será declarada vencedora.
- 9.26 Na ausência de recursos ou decididos estes, observados os trâmites legais, será adjudicado o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologado o certame.
- 9.27 Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos licitantes desclassificados poderão ser devolvidos aos seus representantes na própria sessão, salvo se houver, no momento oportuno, manifestação de interesse de interpor recurso, hipótese em que ficarão retidos com a Pregoeira, até ulterior deliberação. Os envelopes dos licitantes classificados, não declarados vencedores do certame, permanecerão sob custódia da Pregoeira até o efetivo cumprimento da obrigação pelo licitante adjudicatário.
- 9.28 Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, após ciência dos interessados, será assinada pela Pregoeira e Equipe de apoio, e pelos licitantes presentes.
- 9.29 O Licitante que descumprir quaisquer das condições do presente Edital ficará sujeito às penalidades previstas no art. 7º da Lei 10.520/02, bem como nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93 e nas Cláusulas da Minuta da Ata de Registro de Preços, respeitados os princípios da proporcionalidade e ampla defesa.



- 9.30 A Pregoeira, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 9.31 Na ocorrência da necessidade de estender a sessão para o dia subsequente, os representantes credenciados deverão assinar termo de concordância ou manifestar sobre os atos até então praticados.
- 9.32 A sessão designada para o dia subsequente se iniciará às 9h00, mesmo sem o comparecimento dos credenciados. Durante a ausência dos representantes dos licitantes já credenciados, a Pregoeira computará somente os valores das propostas escritas, decaindo do direito de ofertar lances durante a ausência.

## 10 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO RECURSO

- 10.1 Com antecedência superior a **02 (dois) dias úteis** da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão.
- 10.2 As impugnações devem ser protocoladas na sede da Prefeitura Municipal ou através de correspondência eletrônica (e-mail), encaminhados para protocolo@saomiguelarcanjo.sp.gov.br, dirigidas ao subscritor deste Edital.
- 10.2.1 Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 10.3 A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.
- 10.4 Dos atos da Pregoeira cabem recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de **03 (três) dias úteis** que começará a correr a partir da declaração do vencedor para a apresentação das razões por meio de memoriais, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;
- 10.4.1 A ausência de manifestação imediata e motivada pelo licitante na sessão pública importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação;
- 10.4.2 Na hipótese de interposição de recurso, a Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente;
- 10.4.3 Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório;
- 10.4.4 O recurso contra decisão da Pregoeira terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento:
- 10.4.5 **As solicitações de esclarecimentos, providências, impugnações, bem como as razões de recurso** deverão ser protocolizados, nos prazos supramencionados, junto ao Setor de Protocolo, no endereço indicado no preâmbulo do presente edital, nos dias úteis, das 09h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00 ou através de correspondência eletrônica (e-mail), encaminhados para protocolo@saomiguelarcanjo.sp.gov.br dentro do horário de expediente.
- 10.4.6. A inobservância do subitem acima citado acarretará na desistência da intenção de recurso manifestada na sessão pública.



## 11 - HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo à **autoridade competente homologar** o certame e determinar a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 11.2 Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de homologação do certame e determinar a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 11.3 A ata de Registro de Preços deverá registrar os preços e os fornecedores dos bens, com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições que serão observadas nas futuras contratações e os órgãos participantes.
- 11.4 Previamente a assinatura do contrato, caso haja redução dos preços em fase de lances e/ou negociação, o adjudicatário deverá apresentar planilha orçamentária com a redução dos valores unitários, na mesma diferença de percentual entre a proposta inicial e a adjudicada, num prazo de 24 (vinte e quatro) horas da adjudicação do objeto, sob pena da Administração aplicar de ofício referido percentual.
- 11.5 Os fornecedores de bens incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.
- 11.6 Se por ocasião da formalização da Ata, as certidões de regularidade de débito do(s) adjudicatário(s) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional (Receita Federal) que abrange inclusive a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), estiverem com os prazos de validade vencidos, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 11.7 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informação, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 11.8 Quando o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 11.6, ou se recusar a assinar a Ata, serão convocados, pela ordem de classificação das propostas, os demais licitantes classificados, com vistas à celebração da contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções ao licitante faltante.
- 11.9 A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelos eventuais beneficiários no prazo de **5 (cinco) dias corridos**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação sofrendo, as penalidades a que aludes o artigo 81 da Lei Federal 8.666/93 e Leis nº. 8.8883/94 e nº. 8.648/98. A proponente que deixar de fazê-lo no prazo estabelecido, dela será excluída.
- 11.10 Colhidas as assinaturas, A Prefeitura providenciará a imediata publicação da Ata e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata a parte final do subitem 11.9.
- 11.11 A Administração poderá obrigar a Detentora da Ata a corrigir ou substituir, à suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos contratados.
- 11.12 A ata poderá ser rescindida nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste ato convocatório.
- 11.13 O Contratado manterá, durante toda a execução da Ata, as condições de habilitação e qualificação que lhe forem exigidas na licitação.
- 11.14 O foro da Ata será o da Comarca de São Miguel Arcanjo, estado de São Paulo.

#### 12 – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS



12.1 - O prazo de validade do Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da publicação da respectiva Ata.

## 13 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1 Assegurados o contraditório e a ampla defesa, o fornecedor do bem terá seu Registro de Preços cancelado quando:
- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Precos:
- b) recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- e) for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 ou inc. III do art. 87 da Lei federal 8.666/93.
- 13.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado deverá ser feita pessoalmente, ou então por correspondência com aviso de recebimento, juntando o comprovante aos autos.
- 13.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da empresa detentora, a comunicação será feira por meio do Diário Oficial do Estado, considerando cancelado o preço registrado a contar da última publicação.
- 13.3.1 Independentemente das previsões retro indicadas, o fornecedor do bem poderá solicitar o cancelamento de seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.
- 13.4 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e passíveis de recomposição, desde que comprovadas a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, respectivamente, ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 13.5 Ocorrendo a variação de preços, na hipótese acima citada, o beneficiário do registro de preços poderá solicitar a atualização dos preços, através de pedido formal endereçado ao Município de São Miguel Arcanjo, instruído com documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, com Notas Fiscais de compra imediatamente anteriores e posteriores à variação alegada à prestação dos servicos, matérias primas, componentes ou de outros documentos.
- 13.6 Mesmo comprovada a ocorrência das hipóteses previstas na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 13.7 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o fornecedor registrado será convocado pelo município de São Miguel Arcanjo para a alteração, por aditamento, do preço da Ata de Registro de Preços, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

#### 14 - DO FORNECIMENTO DO PRODUTO

- 14.1 Observadas as exigências estabelecidas, o pedido de fornecimento dos produtos será feito à proponente vencedora por meio de Nota de Empenho.
- 14.1.1 Os pedidos serão realizados de forma proporcional, na ordem de 25% e 75%, respectivamente, à cota adjudicada a cada empresa, conforme Anexo I.
- 14.2 É obrigatório o atendimento de todos os pedidos concretizados durante a validade da **ATA**, inclusive para aquele(s) cuja(s) entrega(s) esteja(m) prevista(s) para data posterior à da sua validade.



- 14.3 Os produtos deverão ser entregues, acompanhados da nota fiscal/fatura.
- 14.4 A nota de empenho e/ou documento equivalente, emitida por parte da Prefeitura requisitante será levada a efeito por e-mail, fac-símile, memorando ou ofício, devendo dela constar a indicação do produto(s), quantidade pretendida, valor unitário, local e prazo de entrega, data, e assinatura/identificação do responsável.
- 14.4.1 Quando do recebimento da Nota de Empenho e/ou documento equivalente, a licitante adjudicatária deverá inserir, no recibo que necessariamente acompanhar a nota de empenho ou documento equivalente, a data e hora em que o recebeu, além da identificação de quem o recebeu.
- 14.4.2 A cópia do recibo referido no item anterior deverá ser devolvida à Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, via email, para que seja anexado aos Processos de requisição e de liquidação de despesa.
- 14.5 Para fins de emissão da nota de empenho e/ou documento equivalente, além de consulta ao sítio eletrônico <a href="https://www.sanções.sp.gov.br">www.sanções.sp.gov.br</a>, para efeito de verificação de eventuais sanções aplicadas à proponente adjudicatária, examinar-se-á, por meio da Internet, a regularidade com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional que abrange a regularidade com a Seguridade Social (INSS).
- 14.5.1 Não sendo possível a consulta via *Internet*, e se as certidões apresentadas para habilitação ou aquelas integrantes do cadastro estiverem vencidas, a proponente será devidamente notificada para, até a data da retirada da Nota de Empenho, comprovar a(s) exigência(s) referida(s).
- 14.6 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.
- 14.7 O(s) item(ns) objeto(s) deste PREGÃO entregue(s) será(ão) recebido(s) **provisoriamente** pela Administração, nos moldes do art. 73, II da Lei n.º 8.666/93, para efeito de posterior verificação pelo setor competente da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeito funcionamento (e outras porventura existentes), resultando no **recebimento definitivo**, observado o prazo de até **5 (cinco) dias corridos** de sua entrega.
- 14.8 A constatação de qualquer alteração na qualidade ou composição do produto, observado o prazo de validade, o proponente compromete-se a trocá-lo sem qualquer ônus para o órgão responsável pelo **REGISTRO**.
- 14.9 Em caso de não aceitação do(s) item(ns) deste PREGÃO, fica a CONTRATADA obrigada a retirá-lo(s) e a substituí-lo(s) no prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados da notificação a ser expedida pela CONTRATANTE; sob pena de incidência nas sanções capituladas neste EDITAL.
- 14.10 Em caso de diferença de quantidade, fica o fornecedor obrigado a providenciar sua complementação no prazo de **5** (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida, sob pena de incidência nas sanções capituladas na Cláusula Décima Sétima.
- 14.11 Poderá ser solicitado laudo de controle de qualidade emitido por laboratório oficial, em amostras aleatórias dos lotes ou naqueles em que se identificarem alterações nas apresentações.
- 14.12 Na hipótese de caracterização de irregularidade, as despesas e providências necessárias correrão por conta do fornecedor.
- 14.13 Durante a validade do produto, se for constatada qualquer alteração na qualidade ou composição, o licitante comprometese a trocá-lo, sem ônus para a Prefeitura, devendo especificar as condições de armazenamento a serem observadas.
- 14.14 Quando o fornecedor classificado em primeiro lugar atingir o limite de fornecimento estabelecido ou por qualquer razão não puder entregar o produto, este poderá ser adquirido de outro signatário da **ATA DE REGISTRO**, observada sempre a ordem de classificação.



14.15 - O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente, nos termos das prescrições legais.

#### 15 – PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 15.1 O(s) item(ns) decorrente(s) deste Registro de Preços deverá(ão) ser entregue(s) no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, a contar do recebimento da Nota de Empenho e/ou documento equivalente, nos exatos termos da Ata de Registro de Preços/Contratação.
- 15.1.1 A contagem do prazo de entrega terminará com o recebimento dos Gêneros Alimentícios no(s) local(is) indicado(s) pela CONTRATANTE, Anexo I TERMO DE REFERÊNCIA.
- 15.2 Nas compras efetuadas, a entrega dos gêneros alimentícios, deverá ser realizada, respeitando-se as previsões editalícias, arcando a CONTRATADA com todas as despesas de transporte, no local indicado pela CONTRATANTE, o qual não ultrapassará a **30 (trinta) quilômetros** da sede da Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo.
- 15.3 Os gêneros alimentícios, objeto deste PREGÃO serão recebidos **provisoriamente** pela Administração, nos moldes do art. 73, II da Lei n.º 8.666/93, para efeito de posterior verificação pelo setor competente da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeito funcionamento (e outras porventura existentes), resultando no **recebimento definitivo**, observado o prazo de até **5 (cinco) dias corridos** de sua entrega.
- 15.4 A entrega dos produtos deverá ser efetuada nos endereços relacionados no Termo de Referência, de segunda à sexta-feira das 08h00min às 16h00min, mediante prévio agendamento pelos telefones mencionados no ANEXO I Termo de Referência, os quais serão conferidos posteriormente pelo nutricionista da Prefeitura.
- 15.5 A constatação de qualquer alteração na qualidade ou composição do produto, observado o prazo de validade, o proponente compromete-se a trocá-lo sem qualquer ônus para o órgão responsável pelo **REGISTRO**.
- 15.6 Poderá ser solicitado, à CONTRATADA, laudo de controle de qualidade, emitido por laboratório oficial, em amostras aleatórias dos materiais ou naqueles em que se identificarem alterações nas apresentações.
- 15.6.1 Em caso de não aceitação dos gêneros alimentícios deste PREGÃO, fica a CONTRATADA obrigada a retirá-los e a substituí-los no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados da notificação a ser expedida pela CONTRATANTE, sob pena de incidência nas sancões capituladas neste EDITAL.
- 15.7 Em caso de diferença de quantidade, fica o fornecedor obrigado a providenciar sua complementação no prazo de **48** (quarenta e oito) horas, contados da notificação a ser expedida, sob pena de incidência nas sanções capituladas na Cláusula Décima Sétima.
- 15.8 Quando o fornecedor classificado em primeiro lugar atingir o limite de fornecimento estabelecido ou por qualquer razão não puder entregar o produto, este poderá ser adquirido de outro signatário da **ATA DE REGISTRO**, observada sempre a ordem de classificação.
- 15.9 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente, nos termos das prescrições legais.

#### 16 - PAGAMENTO

16.1 - O pagamento devido à CONTRATADA será efetuado até o 5.º (quinto) dia útil após cada fornecimento dos gêneros alimentícios à CONTRATANTE, mediante apresentação e aceitação da respectiva Nota Fiscal, através de depósito em conta corrente a ser fornecida pela CONTRATADA.



## 17 - DAS SANÇÕES

- 17.1 Ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica que praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal n.º 10.520, de 17/7/2002.
- 17.2 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de registro de preços e aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:
- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;
- b) a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal 10.520/02.
- 17.3 O atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sem prejuízo do disposto no § 1.º do artigo 86 Lei 8.666/93, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, calculada por dia de atraso sobre a obrigação não cumprida, na seguinte proporção:
- a) atraso de até 30 dias: multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia
- b) atraso superior a 30 dias até 45 dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.
- 17.3.1 Para cálculo da multa prevista no caput deste artigo deverá ser adotado o método de acumulação simples, que significa a mera multiplicação da taxa pelo número de dias de atraso e pelo valor correspondente à obrigação não cumprida, sem prejuízo do disposto no artigo 7.º da Lei 10.520/2002.
- 17.4 Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades:
- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou
- b) a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal 10.520/02.
- 17.5 A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.
- 17.6 Pela não regularização da documentação de comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo previsto neste edital, implicará decadência do direito à contratação e a Administração poderá, garantida a prévia defesa e o contraditório, aplicar ao licitante multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor estimado de contratação do objeto, cominada com a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal 10.520/02; (LC nº 123, art. 43, § 2º)
- 17.7 O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.
- 17.8 O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de 03 (três) dias úteis contados da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

## 18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Os interessados que desejarem cópia integral deste Edital e seus Anexos poderão retirá-los na Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, no horário de expediente, até o último dia útil que antecede a data de abertura da Licitação, através do



endereço <u>www.saomiguelarcanjo.sp.gov.br</u> ou através de solicitação via e-mail (correspondência eletrônica) compras1@saomiguelarcanjo.sp.gov.br ou compras3@saomiguelarcanjo.sp.gov.br.

- 18.2 A autoridade competente para a formalização da Ata de Registro de Preços poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.
- 18.3 O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do PREGÃO.
- 18.4 A(s) proponente(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.
- 18.5 A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.
- 18.6 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do PREGÃO.
- 18.7 A assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS não implicará em direito à contratação.
- 18.8 Este Edital e seus Anexos, bem como a(s) proposta(s) da(s) proponente(s) beneficiária(s), farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
- 18.9 O(s) envelope(s) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO daquela(s) proponente(s) não convocada(s) para assinar(em) a Ata de Registro de Preços deverá(ão) ser retirado(s) no endereço apontado no subitem 10.2, depois de formalizada a referida Ata.
- 18.10 Os casos omissos deste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pela Pregoeira, com base na legislação estadual e, subsidiariamente, nos termos da legislação federal e princípios gerais de direito.
- 18.11 Será competente o foro da Comarca de São Miguel Arcanjo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seia, para solução de guestões oriundas deste PREGÃO.

São Miguel Arcanjo - SP, 02 de dezembro de 2021.

Paulo Ricardo da Silva Prefeito Municipal

Elaine de Medeiros Arantes Galvão Secretária Municipal da Educação



#### PREGÃO PRESENCIAL N.º 56/2021

#### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

I – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS pelo período de 12 (doze) meses, para aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios Perecíveis e Estocáveis, nas diversas Unidades Escolares atendidas pela Secretaria Municipal de Educação, (incluindo-se os serviços de transporte e entrega ponto a ponto), no município de São Miguel Arcanjo, conforme especificações e quantitativos abaixo discriminados:

Todos os gêneros alimentícios deverão conter as seguintes informações na embalagem:

- -Número do lote;
- –Data da fabricação;
- –Data de validade:
- -Marca/Fabricante
- -Tabela de informação nutricional.

## II – FORMA DE EXECUÇÃO:

- a) Nas compras dos **Gêneros Alimentícios Perecíveis e Estocáveis**, decorrentes deste Registro de Preços, a entrega deverá acontecer no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, a contar do recebimento da Nota de Empenho e/ou documento equivalente, nos exatos termos da Ata de Registro de Preços/Contratação.
- b) A contagem do prazo de entrega terminará com o recebimento dos Gêneros Alimentícios no(s) local(is) indicado(s) pela CONTRATANTE.
- c) Nas compras efetuadas, o serviço de entregas dos **Gêneros Alimentícios Perecíveis e Estocáveis**, deverão ser realizadas, respeitando-se as previsões editalícias, arcando a CONTRATADA com todas as despesas, envolvendo, entre outras, aquelas com embalagem, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e de transporte, nos locais indicados pela CONTRATANTE, os quais não ultrapassarão a **30 (trinta) quilômetros** da sede da Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo.
- d) Os **Gêneros Alimentícios Perecíveis e Estocáveis** serão recebidos provisoriamente pela Administração, nos moldes do art. 73, Il da Lei n.º 8.666/93, para efeito de posterior verificação, pela Secretaria de Educação, através do encarregado da merenda Escolar, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite (e outras porventura existentes), resultando no recebimento definitivo, observado o prazo de até **5 (cinco) dias corridos** de sua entrega.
- e) A entrega dos produtos deverá ser efetuada nos endereços relacionados no Anexo VIII, de segunda a sexta-feira das 08h00min às 16h00min, os quais serão conferidos.
- f) Poderá ser solicitado, à CONTRATADA, laudo de controle de qualidade, emitido por laboratório oficial, em amostras aleatórias dos materiais ou naqueles em que se identificarem alterações nas apresentações.
- g) Em caso de não aceitação dos materiais deste PREGÃO, fica a CONTRATADA obrigada a retirá-los e a substituí-los no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados da notificação a ser expedida pela CONTRATANTE, sob pena de incidência nas sanções capituladas neste EDITAL.
- h) Em caso de diferença de quantidade, fica o fornecedor obrigado a providenciar sua complementação no prazo de **48** (quarenta e oito) horas, contados da notificação a ser expedida, sob pena de incidência nas sanções capituladas na Cláusula Décima Sétima do edital do Pregão Presencial nº 56/2021.
- i) O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente, nos termos das prescrições legais.
- **III FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento devido à CONTRATADA será efetuado até o **5º (quinto) dia útil** após cada fornecimento dos gêneros alimentícios à CONTRATANTE, mediante apresentação e aceitação da respectiva Nota Fiscal, através de depósito em conta corrente a ser fornecida pela CONTRATADA.



**IV – PREÇO ESTIMADO:** O preço estimado para cada lote é o valor de aceitabilidade máxima, desclassificando as propostas que excederem o valor indicado abaixo, conforme subitem 7.6 do edital do Pregão Presencial nº 56/2021.

# V – RELAÇÃO DOS PRODUTOS PARA BALIZAMENTO DE PREÇO:

## 5.1 - 75% - COTA PRINCIPAL PARA PARTICIPAÇÃO DE TODAS AS EMPRESAS INTERESSADAS

Item	Qtd.	Unid.	Especificação	Valor. Unitário em R\$	Valor Total em R\$
01	2250	Kg	AÇUCAR REFINADO. Sacarose obtida a partir do caldo da cana de açúcar purificado por processo tecnológico adequado, teor máxima de umidade de 0,3%. Embalagem: saco de material flexível atóxico, resistente, contendo 1 kg.	R\$ 4,10	R\$ 9.225,00
02	750	Kg	AMIDO DE MILHO. Produto amiláceo extraído do milho para uso como espesssante. Deverá ser fabricado a partir de matérias-primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa e parasitas. Não poderá estar úmido, fermentado ou rançoso. Embalagem: saco de material flexivel atóxico, resistente, contendo 500 grs.	R\$ 9,40	R\$ 7.050,00
03	38	Kg	BISCOITO DOCE SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE. Biscoito isento de glúten e lactose, tipo sequilho, cookie ou outro, com sabores variados, elaborado a partir de milho e/ou mandioca, açucar, ovos e sal, podendo conter gordura vegetal hidrogenada e aditivos permitidos pela legislação. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxico, contendo de 200gr a 400gr, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	R\$ 40,70	R\$ 1.546,60
04	38	Kg	BISCOITO SALGADO SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE. Biscoito isento de glúten e lactose, tipo Cream Cracker ou outro, sabor tradicional, elaborado a partir de amido de milho e/ou mandioca, podendoconter gordura vegetal hidrogenada e aditivos permitidos pela legislação. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxico, contendo de 200gr a 400gr, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data da entrega.	R\$ 50,00	R\$ 1.900,00
05	38	Kg	EXTRATO DE SOJA EM PÓ. Extrato de soja ( leite em pó de soja ), para diluição, sem lactose, sem glúten, rico em cálcio, vitaminas A e D, entre outros nutrientes, acondicionado em embalagem de lata aluminizada ou embalagem de polietileno atóxico, contendo 300gr, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses	R\$ 91,63	R\$ 3.481,94



06	38	Kg	EXTRATO DE SOJA EM PÓ SABOR CHOCOLATE.  Extrato de soja ( leite em pó de soja ) para diluição, sem lactose, sem glúten, rico em cálcio, vitaminas A e D, entre outros nutrientes, com açúcar, sabor chocolate. Acondicionado em embalagem de lata aluminizada ou embalagem de polietileno atóxico, contendo 300gr, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses.	R\$ 91,63	R\$ 3.481,94
07	225	Un.	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ. Produto formado de substância ou mistura de substâncias químicas que pela influência docalor e/ou umidade, produz desprendimento gasoso capazde expandir massas elaboradascom farinhas, amido ou féculas, aumentando-lhes o volume e a porosidade. Embalagem Prímária: Pote de 100 gr.	R\$ 2,81	R\$ 632,25
08	2250	Kg	FUBÁ DE MILHO "MIMOSO" ENRIQUECIDO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO. Produto obtido da moagem e classificação do milho degerminado. Embalagem: sacos plásticos de polietileno atóxico de 500gr do produto. Validade mínima a contar da data de entrega: 06 meses.	R\$ 4,20	R\$ 9.450,00
09	15	Kg	GOMA PARA TAPIOCA. Produto elaborado a apartir da goma fresca hidratada da mandioca, pronta para o preparo, sem conservantes, sem glúten e sem lactose. Embalagem contendo 500 gr. Validade mínima a contar da entrega: 30 dias.	R\$ 8,98	R\$ 134,70
10	15	Kg	MACARRÃO SEM GLUTEN E SEM LACTOSE -TIPO PARAFUSO. Macarrão elaborado a partir de arroz, batata ou milho, sem ovos, tipo parafuso, sem glúten e sem lactose, deve estar de acordo com a legislação vigente. Características: côr, odor, sabor e textura característica. Embalado em pacote plástico atóxico, transparente e resistente que preserve a integridade do produto, hermeticamente selado, rotulado de acordo com a legislação vigente, pesando 500 gr. Na data da entrega o produto deve dispor de no mínimo 06 meses de validade.	R\$ 8,50	R\$ 127,50
11	975	Fr.	VINAGRE. Fermentado acético de vinho branco ou tinto. Embalagem: Frasco de plástico atóxico de 750 ml.	R\$ 4,89	R\$ 4.767,75
12	525	Kg	MARGARINA. Produzida exclusivamente de gordura vegetal, com adição de sal., em potes de polipropileno com lacre de papel aluminizado entre a tampa e o pote, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, Embalado em pote com capacidade para 500g. Validade mínima de 6 meses.	R\$ 11,98	R\$ 6.289,50
13	12750	Kg	CARNE FRANGO: FILÉ DE PEITO DE FRANGO (SEM PELE) CONGELADO. O produto deve ser manipulado em condições higiênicas, provenientes de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo ser congelado e transportado à temperatura de (- 18C ou inferior). Deve estar de acordoo Decreto	R\$ 22,11	R\$ 281.902,50



14	5250	Kg	temperatura de ( -18C ou inferior ). Deve estar de acordo com o Decreto Estadual, nº 12.486 de 20/10/78. A carne de frango deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la eu encobrir alguma alteração. Embalagem: o produto deverá ser embalado em saco plástico atóxico, resistente, transparente, com a discriminação de origem, de 1 a 2 kg. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. Deverá apresentar os dados de identificação completa do produto, número de lote, data de validade, e número de Registro do produto em Orgão	R\$ 22,94	R\$ 120.435,00
			Estadual, nº 12.486 de 20/10/78. A carne de grango deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substânci contaminante que possa alterála ou encobrir alguma alteração. Embalagem: o produto deverá ser embalado em saco plástico atóxico, resistente, transparente, com a discriminação de origem, de 1 a 2kg. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. Deverá apresentar os dados de identificação completa do produto, número de lote, da de validade, e número de registro do produto em Orgão competente. Validade mínim de 06 meses a contar da entrega.  CARNE DE FRANGO: FILÉZINHO (SASSAMI). O produto deve ser manipulado em condições higiênicas, provenientes de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo ser congelado e transportado a		

## 5.2 - 25% - COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Item	Qtd.	Unid.	Especificação	Valor. Unitário em R\$	Valor Total em R\$
15	750	Kg	AÇUCAR REFINADO. Sacarose obtida a partir do caldo da cana de açúcar purificado por processo tecnológico adequado, teor máxima de umidade de 0,3%. Embalagem: saco de material flexível atóxico, resistente, contendo 1 kg.	R\$ 4,10	R\$ 3.075,00
16	250	Kg	AMIDO DE MILHO. Produto amiláceo extraído do milho para uso como espesssante. Deverá ser fabricado a partir de matérias-primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa e parasitas. Não poderá estar úmido, fermentado ou rançoso. Embalagem: saco de material flexivel atóxico, resistente, contendo 500 grs.	R\$ 9,40	R\$ 2.350,00



			DISCOITO DOCE SEM CLÚTEN E SEM LACTOSE		
17	12	Kg	BISCOITO DOCE SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE. Biscoito isento de glúten e lactose, tipo sequilho, cookie ou outro, com sabores variados, elaborado a partir de milho e/ou mandioca, açucar, ovos e sal, podendo conter gordura vegetal hidrogenada e aditivos permitidos pela legislação. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxico, contendo de 200gr a 400gr, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades e material	R\$ 40,70	R\$ 488,40
			estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.		
18	12	Kg	BISCOITO SALGADO SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE. Biscoito isento de glúten e lactose, tipo Cream Cracker ou outro, sabor tradicional, elaborado a partir de amido de milho e/ou mandioca, podendoconter gordura vegetal hidrogenada e aditivos permitidos pela legislação. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxico, contendo de 200gr a 400gr, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data da entrega.	R\$ 50,00	R\$ 600,00
19	12	Kg	EXTRATO DE SOJA EM PÓ. Extrato de soja ( leite em pó de soja ), para diluição, sem lactose, sem glúten, rico em cálcio, vitaminas A e D, entre outros nutrientes, acondicionado em embalagem de lata aluminizada ou embalagem de polietileno atóxico, contendo 300gr, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses	R\$ 91,63	R\$ 1.099,56
20	12	Kg	EXTRATO DE SOJA EM PÓ SABOR CHOCOLATE.  Extrato de soja ( leite em pó de soja ) para diluição, sem lactose, sem glúten, rico em cálcio, vitaminas A e D, entre outros nutrientes, com açúcar, sabor chocolate. Acondicionado em embalagem de lata aluminizada ou embalagem de polietileno atóxico, contendo 300gr, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses.	R\$ 91,63	R\$ 1.099,56
21	75	Un.	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ. Produto formado de substância ou mistura de substâncias químicas que pela influência docalor e/ou umidade, produz desprendimento gasoso capazde expandir massas elaboradascom farinhas, amido ou féculas, aumentando-lhes o volume e a porosidade. Embalagem Prímária: Pote de 100 gr.	R\$ 2,81	R\$ 210,75



22	750	Kg	FUBÁ DE MILHO "MIMOSO" ENRIQUECIDO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO. Produto obtido da moagem e classificação do milho degerminado. Embalagem: sacos plásticos de polietileno atóxico de 500gr do produto. Validade mínima a contar da data de entrega: 06 meses.	R\$ 4,20	R\$ 3.150,00
23	5	Kg	GOMA PARA TAPIOCA. Produto elaborado a apartir da goma fresca hidratada da mandioca, pronta para o preparo, sem conservantes, sem glúten e sem lactose. Embalagem contendo 500 gr. Validade mínima a contar da entrega: 30 dias.	R\$ 8,98	R\$ 44,90
24	5	Kg	MACARRÃO SEM GLUTEN E SEM LACTOSE -TIPO PARAFUSO. Macarrão elaborado a partir de arroz, batata ou milho, sem ovos, tipo parafuso, sem glúten e sem lactose, deve estar de acordo com a legislação vigente. Características: côr, odor, sabor e textura característica. Embalado em pacote plástico atóxico, transparente e resistente que preserve a integridade do produto, hermeticamente selado, rotulado de acordo com a legislação vigente, pesando 500 gr. Na data da entrega o produto deve dispor de no mínimo 06 meses de validade.	R\$ 8,50	R\$ 42,50
25	325	Fr.	VINAGRE. Fermentado acético de vinho branco ou tinto. Embalagem: Frasco de plástico atóxico de 750 ml.	R\$ 4,89	R\$ 1.589,25
26	175	Kg	MARGARINA. Produzida exclusivamente de gordura vegetal, com adição de sal., em potes de polipropileno com lacre de papel aluminizado entre a tampa e o pote, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, Embalado em pote com capacidade para 500g. Validade mínima de 6 meses.	R\$ 11,98	R\$ 2.096,50
27	4250	Kg	CARNE FRANGO: FILÉ DE PEITO DE FRANGO (SEM PELE) CONGELADO. O produto deve ser manipulado em condições higiênicas, provenientes de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo ser congelado e transportado à temperatura de (- 18C ou inferior). Deve estar de acordoo Decreto Estadual, nº 12.486 de 20/10/78. A carne de grango deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substânci contaminante que possa alterála ou encobrir alguma alteração. Embalagem: o produto deverá ser embalado em saco plástico atóxico, resistente, transparente, com a discriminação de origem, de 1 a 2kg. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. Deverá apresentar os dados de identificação completa do produto, número de lote, da de validade, e número de registro do produto em Orgão competente. Validade mínim de 06 meses a contar da entrega.	R\$ 22,11	R\$ 93.967,50



Total Cota Aberta: R\$ 149.958,92	28	1750	Kg	CARNE DE FRANGO: FILÉZINHO (SASSAMI). O produto deve ser manipulado em condições higiênicas, provenientes de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo ser congelado e transportado a temperatura de (-18C ou inferior). Deve estar de acordo com o Decreto Estadual, nº 12.486 de 20/10/78. A carne de frango deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la eu encobrir alguma alteração. Embalagem: o produto deverá ser embalado em saco plástico atóxico, resistente, transparente, com a discriminação de origem, de 1 a 2 kg. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. Deverá apresentar os dados de identificação completa do produto, número de lote, data de validade, e número de Registro do produto em Orgão competente. Validade mínima de 06 meses a contar da entrega.	R\$ 22,94	R\$ 40.145,00
-----------------------------------	----	------	----	---	-----------	---------------

#### VI - DAS AMOSTRAS

- 6.1. Da entrega/avaliação das amostras.
- 6.1.1 O licitante que vencer o pregão deverá apresentar 01 (uma) unidade de cada um dos produtos que se sagrar vencedor em embalagem original, na Secretaria de Educação, sito à Rua Cônego Francisco Ribeiro, nº 1083 em **até 05 (cinco) dias úteis após o término da sessão pública de pregão**. Tal amostra deverá conter a identificação deste pregão, o n.º do item/lote e a identificação do fornecedor.
- 6.2 Os testes serão aplicados pela supervisora responsável e será coordenado pela equipe técnica da prefeitura, onde serão avaliadas as amostras entregues pelas empresas vencedoras a qual utilizará os parâmetros científicos e sensoriais reconhecidos pela resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009.
- 6.3. A metodologia de aplicação dos testes será compreendida por uma trilogia que envolverá o individuo, o produto e a avaliação propriamente ditos, não podendo obter índices de aceitabilidade inferiores a 85% (oitenta e cinco por cento).
- 6.4 As amostras serão preparadas e analisadas por um grupo de pessoas habilitadas pertencentes à Secretaria Municipal de Educação onde serão avaliados os atributos das quatro características sensoriais do alimento, aparência, odor, sabor e consistência e ou textura.
- 6.5 Para o cálculo do índice de aceitabilidade será considerada a somatória das porcentagens de respostas dadas aos conceitos adjetivos "ótimo" e "bom" baseando-se na escala hedônica de 5 pontos.

Sendo assim, reprovadas as amostras que obtiverem qualquer conceito regular, ruim ou péssimo.



Produto

## Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo Município de Interesse Turístico Praça Antônio Ferreira Leme, 53 – São Miguel Arcanjo – SP CEP 18230-000 - CNPJ 46.634.333/0001-73 Secretaria Municipal de Administração

Quadro exemplificativo:

Nota: Não serão analisadas amostras em embalagens danificadas/amassadas/estufadas, com pontos de oxidação, que não estiverem totalmente vedadas ou ainda que não atenderem às especificações deste Anexo do Edital.

## VII – DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

Conceito

Para as amostras vencedoras dos melhores preços entregues pelo fornecedor definido pela licitação, exige-se:

- FICHA TÉCNICA (junto com as amostras para os itens: (13 e 14, COTA ABERTA) e (27 e 28, COTA RESERVADA);
- REGISTRO DO FABRICANTE NO SIF/SISP (junto com as amostras para os itens: (13 e 14, COTA ABERTA) e (27 e 28, COTA RESERVADA);
- REGISTRO DE RÓTULO NO SIF/SISP (junto com as amostras para os itens: (13 e 14, COTA ABERTA) e (27 e 28, COTA RESERVADA);

## **OBSERVAÇÃO:**

- Os documentos acima deverão ser apresentados devidamente assinados pelos responsáveis técnicos (Ficha Técnica) em original ou cópia autenticada, exceto o registro do fabricante no SIF que pode ser impresso diretamente do site do Ministério da Agricultura.
- Os vencedores que tiverem suas amostras reprovadas ou deixarem de apresentar a documentação técnica solicitada serão desclassificados, sendo convocado o 2º colocado para apresentação das amostras/documentação técnica.



# PREGÃO PRESENCIAL N.º 56/2021

## ANEXO II - FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

	ço:					
idade:	:		CEP:		Fone/Fax:	
-mail:			<u> </u>		CNPJ nº	
					Valor.	
Item	Qtd.	Unid.	Especificação	Marca	Unitário em R\$	Valor Total em R\$
			<u>DECLARAÇÃO</u>			
		azo de eficácia Federal nº 8.66	desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a	contar da data	a da entrega de se	eu respectivo en
64, § Declar	3º, da Lei l o, sob as	Federal nº 8.66 penas da lei,	desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a		·	·
. 64, § Declar mas de Declaro	3°, da Lei f ro, sob as e qualidade o que os pi	Federal nº 8.66 penas da lei, exigidas pela reços acima in	desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a 66/93).  que os produtos ofertados atendem todas	as especificados es e indiretos ir	ções exigidas no ncorridos na data o	edital, assim co
64, § Declar mas de Declar posta in	3°, da Lei f ro, sob as e qualidade o que os pr ncluindo, e	Federal nº 8.66 penas da lei, exigidas pela reços acima in	desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a 66/93).  que os produtos ofertados atendem todas legislação em vigor.  dicados contemplam todos os custos direto	as especificados es e indiretos ir	ções exigidas no ncorridos na data o	edital, assim co
. 64, § Declaremas de Declareposta in	3°, da Lei f ro, sob as e qualidade o que os pr ncluindo, e	penas da lei, exigidas pela reços acima in ntre outros: tril	desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a 66/93).  que os produtos ofertados atendem todas legislação em vigor.  dicados contemplam todos os custos direto	as especificados es e indiretos ir	ções exigidas no ncorridos na data o	edital, assim co



# PREGÃO PRESENCIAL N.º 56/2021

#### ANEXO III

# MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL E DA NÃO OCORRÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À PARTICIPAÇÃO

A (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº, por
seu(s) representante(s) legal(is), interessada em participar do Pregão Presencial nº 56/2021, da Prefeitura do Município de São
Miguel Arcanjo, DECLARA, sob as penas da lei, que examinou criteriosamente os documentos deste Edital e julgou-os suficientes
para a elaboração da proposta financeira voltada ao atendimento do objeto licitado em todos os seus detalhamentos. DECLARA,
ainda, que até a presente data, esta empresa não foi considerada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera, não
subsistindo nenhum fator impeditivo à sua participação no presente certame licitatório.
RESSALVA: apresenta restrição na documentação de regularidade fiscal, porém, por se tratar de microempresa ou empresa de
pequeno porte, opta por participar da licitação e regularizar a documentação no prazo estabelecido no edital, caso apresente a
proposta de menor preço, ciente da aplicação das sanções estabelecidas no instrumento convocatório caso não a regularize
tempestivamente ().
de de 2021.
Nome e assinatura do representante RG nº



# PREGÃO PRESENCIAL N.º 56/2021

#### **ANEXO IV**

# MODELO DE DECLARAÇÃO - CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII do ART. 7º da CONSTITUIÇÃO FEDERAL

					inscrita no CNP	J ou CPF sol	b o nº
	por	intermédio	de	seu	representante	legal	o(a)
Sr(a)		, p	ortador(a)	da Carteira	de Identidade nº		е
do CPF nº	., DECLAF	RA, para fins do dis	sposto no i	nciso V do a	art. 27 da Lei no 8.66	6, de 21 de jı	unho de
1993, acrescido pela Lei no 9.854,	de 27 de	outubro de 1999,	que não er	mprega me	nor de dezoito anos e	em trabalho r	noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega	menor de	dezesseis anos.					
Ressalva: emprega menor, a partir d	e quatorze	anos, na condição	de aprend	liz ( ) .			
		de		de 2021.			
		Nome e assinatura	do represe	entante			



# PREGÃO PRESENCIAL N.º 56/2021

## **ANEXO V**

## MODELO DE PROCURAÇÃO/CREDENCIAMENTO

# PROCURAÇÃO "EXTRA JUDICIA"

OUTORGANTE:	, (pessoa jurídica de direito pr	rivado, inscrita no CNPJ sob o nº
) ou (pessoa física, , nº		
, (neste	ato representado) pelo(a)	(sócio/diretor/procurador), Sr.(a)
(profissão), portador(a) do RG nº, nº	e do CPF nº	, residente e domiciliado na Rua
<b>OUTORGADO</b> : Sr. (a)	, (nacionalidade),	(estado civil),
(profissão), portador(a) do RG nº , nº, bairro		
PODERES: ao(s) qual(ais) confere amplos po modalidade Pregão Presencial nº 56/2021, esclarecimentos, formular ofertas e demais r interpor recurso, manifestar-se quanto à desis de assinar eventual contrato.	da Prefeitura do Município de São Mignegociações, assinar atas e declarações,	uel Arcanjo, podendo para tanto prestar, visar documentos, receber notificações,
	de de 20	021.

Outorgante



## PREGÃO PRESENCIAL N.º 56/2021

ANEXO VI – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º.../2021

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL ARCANJO

#### FORNECEDOR:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS pelo período de 12 (doze) meses, para aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios Perecíveis e Estocáveis, para as diversas Unidades Escolares atendidas pela Secretaria Municipal de Educação, (incluindo-se os serviços de transporte e entrega ponto a ponto), no município de São Miguel Arcanjo, conforme especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, do Edital de Licitação n.º 85/2021.

Aos ...... dias do mês de ..... de 2021, na sala de Reuniões da Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, com sede

REF. PREGÃO PRESENCIAL N.º 56/2021

PRE		

na Praça Antonio Ferreira Leme, n.º 53, Centro, neste município de São Miguel Arcanjo/SP, inscrita no CNPJ sob n.º 46.634.333/0001-73, nos termos da Lei Federal n.º 10.520/2.002 e dos Decretos Municipais n.ºs 54/2005 e 78/2009, e demais
disposições pertinentes, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL N.º 56/2021 para
Registro de Preços e da deliberação da PREGOEIRA datada de//, homologada por ato da autoridade competente, Sr.
Paulo Ricardo da Silva, Prefeito Municipal de São Miguel Arcanjo, RESOLVE-SE registrar os preços para aquisição dos produtos
oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas, consoante discriminação apresentada no ANEXO I desta ATA:
O Município de São Miguel Arcanjo, inscrito no CNPJ. 46.634.333/0001-73, estabelecido na Praça Antônio Ferreira Leme, n.º
53, centro, em São Miguel Arcanjo - SP, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal
- Sr. Paulo Ricardo da Silva, RG nº 24.547.579-5 SSP/SP e CPF/MF nº 141.776.108-36, e a empresa
, inscrita no CNPJ-MF, com endereço na Rua, nº
Bairro, CEP, no Município de, doravante denominada CONTRATADA,
representada neste ato por, RG n.º e CPF n.º, conforme consta na folha de proposta
da Contratada, firmam a presente Ata de Registro de Preços, concernente ao PREGÃO PRESENCIAL N.º 56/2021. Os
contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão a Ata de Registro de Preços em harmonia com os
princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores,
doravante denominada Lei, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas
estipulações.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO**

1.1 - O objeto da presente ATA é o REGISTRO DE PREÇOS, pelo período de 12 (doze) meses, aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios Perecíveis e Estocáveis, para as diversas Unidades Escolares atendidas pela Secretaria Municipal de Educação, (incluindo-se os serviços de transporte e entrega ponto a ponto), no município de São Miguel Arcanjo, conforme especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1 O prazo de validade do Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da publicação da respectiva Ata.
- 2.2 A Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, monitorará os preços registrados através de pesquisa de preços, consulta aos bancos de dados que contém os precos dos produtos, trocas de informações com outras instituições, cotações e licitações.



- 2.3 Durante o prazo de validade da **ATA** inexistirá obrigatoriedade, por parte da Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo de proceder aquisições exclusivamente por seu intermédio, podendo, quando julgar conveniente, utilizar outros meios expressamente contemplados em lei, sem que caiba ao detentor indenização ou recurso, assegurada preferência ao mesmo tão somente em igualdade de condições.
- 2.4 Neste mesmo interregno fica também garantido ao órgão responsável pelo **REGISTRO** o direito de cancelar a **ATA** na verificação de quaisquer das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora o contraditório e ampla defesa.

## CLÁUSULA TERCEIRA: PREÇO

- 3.1 Os preços ofertados pela(s) empresa(s) signatárias da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS constam do ANEXO I da ata.
- 3.2 Por ocasião do fornecimento decorrente desta ATA, observar-se-ão, também quanto ao preço, as previsões estampadas no edital do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 56/2021**, que a precedeu e integra o presente instrumento.
- 3.3 Sempre que os preços registrados estiverem acima dos valores praticados pelo mercado, os fornecedores serão chamados para adequá-los à realidade do mercado.

### CLÁUSULA QUARTA: PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- 4.1 Por ocasião do fornecimento, a Unidade requisitante estabelecerá o prazo de entrega dos Gêneros Alimentícios, não podendo, todavia, ultrapassar **05 (cinco) dias corridos**, a partir do recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente por parte do fornecedor, onde deverão ser respeitadas as previsões editalícias, correndo por conta da proponente todas as despesas pertinentes, envolvendo, entre outras, aquelas com embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
- 4.2 Nas compras efetuadas, as entregas dos Gêneros Alimentícios deverão ser feitas em conformidade ao ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA do EDITAL N.º 85/2021.
- 4.3 A entrega dos produtos deverá ser efetuada nos endereços relacionados no Termo de Referência, de segunda à sexta-feira das 08h00min às 16h00min, mediante prévio agendamento pelos telefones mencionados no ANEXO I Termo de Referência, os quais serão conferidos posteriormente pelo nutricionista da Prefeitura.

## CLÁUSULA QUINTA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

- 5.1 O contrato de fornecimento decorrente da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** será formalizado com o recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente pela detentora.
- 5.2 É obrigatório o atendimento de todos os pedidos concretizados durante a validade da **ATA**, inclusive para aquele(s) cuja(s) entrega(s) esteja(m) prevista(s) para data posterior à da sua validade.
- 5.3 Os produtos deverão ser entregues, acompanhados da nota fiscal/fatura.
- 5.4 A requisição do fornecimento por parte da Unidade requisitante poderá ser levada a efeito por e-mail, fac-símile, memorando ou ofício, devendo dela constar a indicação do produto, quantidade pretendida, valor unitário, local e prazo de entrega, data, carimbo e assinatura do responsável.
- 5.5 Quando do recebimento do pedido formalizado por parte da Unidade requisitante, a empresa fornecedora deverá inserir, na cópia que necessariamente o acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.
- 5.6 A cópia do recibo referido no item anterior deverá ser devolvida à Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, via e-mail, para que seja anexado aos Processos de requisição e de liquidação de despesa.



- 5.7 Para fins de emissão da nota de empenho e/ou documento equivalente, além de consulta ao sítio eletrônico <a href="https://www.sanções.sp.gov.br">www.sanções.sp.gov.br</a>, para efeito de verificação de eventuais sanções aplicadas à proponente adjudicatária, examinar-se-á, por meio da Internet, Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional que abrange a regularidade com a Seguridade Social (INSS).
- 5.7.1 Não sendo possível a consulta via *Internet*, e se as certidões apresentadas para habilitação ou aquelas integrantes do cadastro estiverem vencidas, a proponente será devidamente notificada para, até a data da retirada da Nota de Empenho, comprovar a(s) exigência(s) referida(s).
- 5.8 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.
- 5.9 Os produtos serão recebidos **provisoriamente** no âmbito da Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, nos moldes do art. 73, II da Lei n.º 8.666/93, para efeito de posterior verificação, pela Secretaria de Educação, através do encarregado da merenda Escolar, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, (e outras porventura existentes), resultando no **recebimento definitivo**, observado o prazo de até **05 (cinco) dias corridos** de sua entrega.
- 5.10 A constatação de qualquer alteração na qualidade ou composição do produto, observado o prazo de validade, o proponente compromete-se a trocá-lo sem qualquer ônus para o órgão responsável pelo **REGISTRO**.
- 5.11 Poderá ser solicitado laudo de controle de qualidade, emitido por laboratório oficial, em amostras aleatórias dos materiais ou naqueles em que se identificarem alterações nas apresentações.
- 5.12 Em caso de não aceitação dos materiais, fica o fornecedor obrigado a retirá-los e a substituí-los no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados da notificação a ser expedida, sob pena de incidência nas sanções capituladas na Cláusula Décima Primeira.
- 5.13 Em caso de diferença de quantidade, fica o fornecedor obrigado a providenciar sua complementação no prazo de **48** (quarenta e oito) horas, contados da notificação a ser expedida, sob pena de incidência nas sanções capituladas na Cláusula Décima Primeira.
- 5.14 Quando o fornecedor classificado em primeiro lugar atingir o limite de fornecimento estabelecido ou por qualquer razão não puder entregar o produto, este poderá ser adquirido de outro signatário da **ATA DE REGISTRO**, observada sempre a ordem de classificação.
- 5.15 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente, nos termos das prescrições legais.

#### **CLÁUSULA SEXTA: PAGAMENTO**

6.1 - O pagamento devido à CONTRATADA será efetuado até o 5º (quinto) dia útil após cada fornecimento de material à CONTRATANTE, mediante apresentação e aceitação da respectiva Nota Fiscal, através de depósito em conta corrente a ser fornecida pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E REALINHAMENTO DE PREÇOS

- 7.1 É vedado reajustamento de preços no espaço de tempo de validade da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
- 7.2 Será permitida a alteração contratual para restabelecer a relação que as partes pactuaram entre os encargos da detentora da **ATA** e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de superveniência de fatos imprevisíveis, retardadores ou impeditivos da



execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, devidamente comprovada.

#### CLÁUSULA OITAVA: ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

- 8.1 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e passíveis de recomposição, desde que comprovadas a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, respectivamente, ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 8.2 Ocorrendo a variação de preços, na hipótese acima citada, o beneficiário do registro poderá solicitar a atualização dos preços, através de pedido formal endereçado ao Município de São Miguel Arcanjo, instruído com documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, com Notas Fiscais de compra imediatamente anteriores e posteriores à variação alegada à prestação dos serviços, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.
- 8.3 Mesmo comprovada a ocorrência das hipóteses previstas na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 8.4 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o fornecedor registrado será convocado pelo Município de São Miguel Arcanjo para a alteração, por aditamento, do preço da Ata de Registro de Preços, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

## CLÁUSULA NONA: CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1 O órgão responsável pelo **REGISTRO** poderá proceder ao cancelamento da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** quando a Signatária da Ata incorrer nas hipóteses a seguir indicadas, desde que assegurado a esta o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para o exercício do contraditório e da ampla defesa:
- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- e) for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 9.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado deverá ser feita pessoalmente, ou então por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos.
- 9.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da empresa detentora, a comunicação será feita por meio do Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a contar da última publicação.
- 9.4 Independentemente das previsões retro indicadas, o fornecedor do bem poderá solicitar o cancelamento de seu **REGISTRO DE PREÇOS** na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de forca maior, devidamente comprovado.

## CLÁUSULA DÉCIMA: AUTORIZAÇÃO PARA REQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO E/OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

10.1 - As autorizações para as aquisições decorrentes desta **ATA** serão de responsabilidade da Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo.



10.2 - A emissão de Nota de Empenho e/ou documento equivalente, sua retificação ou cancelamento parcial ou total serão igualmente de responsabilidade da Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES

- 11.1 Ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica que praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal n.º 10.520, de 17/7/2002.
- 11.2 O atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sem prejuízo do disposto no § 1.º do artigo 86 Lei 8.666/93, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, calculada por dia de atraso sobre a obrigação não cumprida, na seguinte proporção:
- a) atraso de até 30 dias: multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia;
- b) atraso superior a 30 dias até 45 dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.
- 11.3 Para cálculo da multa prevista no caput deste artigo deverá ser adotado o método de acumulação simples, que significa a mera multiplicação da taxa pelo número de dias de atraso e pelo valor correspondente à obrigação não cumprida, sem prejuízo do disposto no artigo 7.º da Lei 10.520/2002.
- 11.4 Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades:
- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou
- b) a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal 10.520/02.
- 11.5 A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.
- 11.6 Pela não regularização da documentação de comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo previsto neste edital, implicará decadência do direito à contratação e a Administração poderá, garantida a prévia defesa e o contraditório, aplicar ao licitante multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor estimado de contratação do objeto, cominada com a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal 10.520/02; (LC nº 123, art. 43, § 2º)
- 11.7 O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.
- 11.8 O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de 03 (três) dias úteis contados da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOCUMENTOS INTEGRANTES E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 12.1 Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da execução do(s) objeto(s), bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta ATA os documentos do EDITAL de PREGÃO PRESENCIAL N.º 56/2021, constantes do Processo n.º 1627/2021, e, em especial, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação da(s) signatária(s).
- 12.2 A execução do CONTRATO, decorrente da presente Ata, será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraídas, especialmente a Lei Federal n.º 10.520/2002, Decretos Municipais n.ºs 54/2005 e 78/2008, aplicadas subsidiariamente às disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e a Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, com nova redação dada pela Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014.



## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1 Integram esta ATA o EDITAL do PREGÃO PRESENCIAL N.º 56/2021 e as PROPOSTAS das empresas CLASSIFICADAS, envolvendo aquela(s) que apresentou(aram) o menor preço e também a(s) outra(s) que concordou(aram) em fornecer o(s) produto(s) pelo preço da primeira colocada.
- 13.2 Os casos omissos nesta Ata serão solucionados com base na legislação estadual e, subsidiariamente, nos termos da legislação federal e princípios gerais de direito.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: FORO

- 14.1 Será competente o foro da Comarca de São Miguel Arcanjo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas desta **ATA.**
- 14.2 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual forma e teor, na presenca das testemunhas.

proceniça dae tectornamia	<i>.</i> .
	São Miguel Arcanjo – SP, de de 2021.
	Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo Paulo Ricardo da Silva – Prefeito Municipal
	EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
TESTEMUNHAS:	
1 NOME: RG:	
2 NOME: RG:	



Anexo I da Ata de Registro: Planilha com a classificação das empresas por item, com os respectivos preços unitários de cada item que o compõem.



Pregão Presencial n.º 56/2021

# ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO - ENQUADRAMENTO DE ..... (ME OU EPP)

# **DECLARAÇÃO**

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa
, CNPJ, é
MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE), nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n.º 123,
de 14 de dezembro de 2006, com nova redação dada pela LC 147/2014, cujos termos declaro conhecer na íntegra estando apta,
portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do PREGÃO PRESENCIAL N.º
56/2021, realizado pela Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo.
de de 2021.

(representante legal)



Pregão Presencial n.º 56/2021

## ANEXO VIII – LOCAIS DE ENTREGA

# **RELAÇÃO DE ESCOLAS**

ZONA URBANA		
EMEF "Prof. Arani José da Silva"		
Avenida dos Viticultores,665 - Jardim Pica-Pau	3279-1104 / 3279-1915	
EMEF "Prof. ArcypresteRuggeri"		
Rua Rui Barbosa, 305 – Centro	3279-1430	
EMEF "José Gomide de Castro"		
Rua Fernando Costa, 907 – Centro	3279-3770 / 3279-1301	
EMEF "Prof. Nelson Rodrigues"		
Rua Minervina Alves, 540 - Bairro Adelina Brandini Ribas	3279-3598 / 3279-4137	
Complexo Educacional "Maria de Lourdes Fogaça Albach" Rua Leontino Arantes Galvão, 308, Centro		

ZONA RURAL		
EMEIF " Vereador João Gato"		
Rua Euclides de Almeida Bueno, 730 - Bairro Santa Cruz	3379-1393	
EMEIF "Angelina Miguel Aruk"		
Rodovia João Santiago Terra França Km30 – Bairro Brejaúva	3379-9604	
EMEIF "Leonardo Antonio Vieira"		
Rua José Boa Ventura, 449 - Bairro Gramadão	3279-6112	
EMEIF "Fermino Mendes da Silva"		
Rua Cônego Francisco Ribeiro, 310 - Bairro Pocinho	3379-7174 / 3279-0251	
EMEIF "Thereza M. C. B. de Carvalho"		
BairroFaxinal dos Almeida	3379-5758	
EMEIF" Vereador José Camargo"	·	
Rua Gentil de Camargo, 343 - Bairro Abaitinga	3379-6303	
EMEIF "Carmelita Vieira Terra Dias"	_	
Estrada Vicinal Km 86 - Bairro Guararema	33795379	
EMEIF "Maria Inês MarquesMendes"		
Bairro Turvinho	3379-1394	
EMEIF " Prof. Luiz Fernando Correa Pires"		
Estrada: KuneheiAriga s/n°Bairro Colônia Pinhal	3379-5999	
EMEIF "Joaquim Nunes Vieira"		
Bairro Retiro	3379-1160	

EDUCAÇÃO INFANTIL		
CERI "Ary Monteiro Galvão"		
Rua Gov. Pedro de Toledo, 278	3279-1116	



EMEI "Prof. Paulo R. Ortiz de Camargo"		
Rua João Borges da Silva, 150	3279-4627	
CRECHE MUNICIPAL "Celestina B. Almeida"		
Avenida João Paulino da Silva, 1412- unidade I	3279-1413	
	3279-1411	
	3279-1188	

ESCOLAS ESTADUAIS ZONA URBANA		
E.E. NESTOR FOGAÇA		
Rua: Rui Barbosa, 322 –centro	3279- 1320	
E.E Maria Eliza de Oliveira		
Rua:Coronel Fernando Prestes, 460- centro	3279 - 1129	
E.E. Maria DeoclécioArrivabene		
Rua: Camilo Moisés, 150-	3279 - 1656	

ESCOLAS ESTADUAIS ZONA RURAL		
E.E. José Baltazar de Souza		
Rua: José Antonio Vieira, 300 – Bairro Gramadão	3279- 6136	
E.EMassanoriKarazawa		
Estrada: KuneheiAriga s/n° - Bairro Colônia Pinhal	97350985	
	3379 - 1890	
E.E. Sadamitalvasaki		
Rua: Gentil Camargo, 283 – Bairro Abaitinga	3379 - 3480	
	32793481	

CRECHE EVANI FRANÇA DE ARAUJO		
Rua Benedito Nunes Ratto, nº 197	3279-1915	